



**IMPORTÂNCIA DO SETOR DE SERVIÇOS À LUZ DE
TRADICIONAIS AUTORES DAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ALEXANDRE RICARDO DE ARAGÃO BATISTA

Doutorando em
Economia do
Desenvolvimento pela
FEA-USP

IMPORTÂNCIA DO SETOR DE SERVIÇOS À LUZ DE TRADICIONAIS AUTORES DAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Alexandre Ricardo de Aragão Batista*

RESUMO – Este trabalho tenta responder qual a importância do que se entende hoje por Serviços para alguns dos principais autores das Ciências Econômicas. A metodologia se vale de breve revisão de literatura de suas obras mais importantes. É encontrado que serviços são improdutivos em Smith e Ricardo e são produtivos em Marshall e Say. Em Malthus há uma gradação entre menos produtivo e mais produtivo. Em Mill, somente alguns segmentos do setor são produtivos. Em Marx há e não há produtividade, dependerá da atividade no processo de circulação e, no nível de produção, se o indivíduo sofre mais-valia – nesse caso é produtivo -, ou não. Em Keynes, há possibilidades de melhorias econômicas se o governo prover serviços úteis – ou nem tanto - em época de crise, ao contrário de Friedman, que sugere o mínimo possível de serviços públicos. Em Schumpeter, é depreendido que serviços financeiros podem impactar no desenvolvimento econômico, por meio de crédito.

PALAVRAS-CHAVE: Serviços, Indústria de Serviços, Economia Política, Pensamento Econômico.

IMPORTANCE OF THE SERVICES SECTOR IN THE LIGHT OF TRADITIONAL AUTHORS OF ECONOMIC SCIENCES

ABSTRACT – This paper attempts to answer the importance of what is understood today by Services for some of the leading authors of the Economic Sciences. The methodology uses a brief review of the literature of their most important works. Services are found to be unproductive in Smith and Ricardo and productive in Marshall and Say. In Malthus there is a gradation between less productive and more productive. At Mill, only a few segments of the sector are productive. In Marx there is and there is no productivity, it will depend on the activity in the circulation process and, at the level of production, whether the individual suffers surplus value - in this case it is productive - or not. In Keynes, there is scope for economic improvement if the government provides useful - or not so - useful services in times of crisis, unlike Friedman, who suggests as few public services as possible. In Schumpeter, it is understood that financial services can impact economic development through credit.

Keywords: *Public debt, Fiscal structure, Fiscal risks.*

* Doutorando em Economia do Desenvolvimento pela FEA-USP. Mestre em Ciências Econômicas pelo IE-Unicamp. Bolsista FIPE para aluno de Doutorado. E-mail: alexandre.ricardo.batista@usp.br

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo se defronta com alguns fenômenos até então inéditos no que diz respeito à estrutura produtiva econômica. Hoje, vive-se um sistema, em escala global, predominantemente dominado pelo setor Serviços. Isso não é novidade. Com diferentes formatos, a atividade sempre existiu na história humana, seja de maneira compulsória ou não, seja nas formas mais nobres ou menos nobres. Na atualidade, tal essência heterogênea parece ter sido conservada, além de o setor ganhar mais dinamicidade com a chegada das novas tecnologias que são incorporadas nas práticas mais tradicionais até as mais modernas, sobretudo com o avanço das tecnologias de informação.

A dominância do setor, que também pode ser chamado por Terciário, pode ser vista em termos de ganho de participação no Produto Interno Bruto ou valor adicionado frente à Agropecuária e Indústria nas economias mundiais (BATISTA, 2019; KON, 2015). Na estrutura atual, seu papel desempenha fortes ligações para frente e para trás (KON, 1999) como, por exemplo, por meio das atividades de Transportes e Telecomunicações. Sua presença também é elevada na Demanda Final, em que se pode encontrar a atividade de serviços domésticos com baixo valor agregado. Mais ainda, certos tipos até considerados à margem do capitalismo, como os camelôs, representantes dos níveis mínimos de subsistência como visto em Lewis (1954), também estão presentes no setor de serviços, mesmo que não contabilizados na formalidade.

Tal heterogeneidade e dinamicidade - no sentido de incorporação rápida de novas tecnologias, criação e destruição de atividades (e.g. a datilografia que deixou de existir e a profissão de técnico de informática que surgiu) -, apresentaram um tipo de dificuldade: a conceituação. Tanto a Indústria (incluindo a extrativa), quanto a Agropecuária também têm certo grau de dinamismo e heterogeneidade. Mas até que ponto é possível estabelecer os limites setoriais? Estas dificuldades podem ser superadas por definições via residuais ou comparativas, em relação aos bens, como visto em Kon (1999,2015) e Meirelles (2006). Uma das definições é que Serviços pode ser visto como algo consumido ao mesmo tempo que se produz (KON, 2015) ou conceituado como Meirelles (2006) estabeleceu: trabalho em processo, trabalho em ação. Deste problema deriva outro: Serviços seria produtivo ou não? São perguntas que, embora tenham respostas estatísticas práticas, por vezes, ainda pertencem a um amplo debate teórico.

Neste sentido, talvez seja melhor haver um ponto de partida que dê iluminação às discussões atuais. Motivado pelas revisões de KON (1999, 2015) e Meirelles (2006), este

trabalho tenta responder qual a importância do que se entende hoje por Setor de serviços para alguns dos principais autores das Ciências Econômicas. O objetivo é tentar estimular o estudo teórico a respeito de um setor que ganha cada vez mais expressão na economia contemporânea.

O presente artigo faz uso de breves revisões das ideias destes pensadores tradicionais de modo que sejam contextualizadas em Serviços. Exige-se, portanto, certa abstração para a compreensão, uma vez que as atividades exercidas, aqui em curso, são trasladadas ao passado com o intuito de serem passíveis de análises pela óptica do pensador. Assim, além desta Introdução, a Seção 2 contém as abordagens a respeito dos Mercantilistas, Fisiocratas, Smith, Ricardo, Malthus, Say, Mill, Marshall, Marx, Keynes, Friedman e Schumpeter. A seção 3 deixa algumas considerações finais.

SERVIÇOS PARA AUTORES TRADICIONAIS DAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Nas Ciências Econômicas, diversos autores abordam pensamentos em comum. Alguns na mesma época ou em tempos distantes, uns mais receptivos aos predecessores, outros nem tanto. Os debates normalmente seguem em mesma trajetória ou oposta, frequentemente oposta. É neste mundo imerso de paixões, vaidades, rigores científicos e não rigores, que o setor de Serviços fica, também, sujeito à análise. Por vezes é considerado improdutivo, às vezes nem tanto e, em certos momentos, nem menção há. Poucos são aqueles que o colocam em papel de destaque. À medida que o tempo avança, contudo, a busca pela compreensão de Serviços parece ser mais relevante. É neste tipo de conjuntura que se iniciará a análise aqui proposta de verificar como, em determinadas passagens de escritos importantes, os principais pensadores dentro das Ciências Econômicas trataram este setor.

ANTIGUIDADE, MERCANTILISTAS E FISIOCRATAS

Não é intenção discutir o que é ou o que não é Capitalismo e menos ainda quando este surgiu. Então, por mera arbitrariedade, para fugir do debate, convencionou-se aqui uma data aproximada de 1500, com o início das grandes navegações ibéricas, o seu surgimento. O que pode ser dito é que se trata de um sistema caracterizado por elementos fundamentais como a propriedade privada – inclusive a força de trabalho de outrem –, o mercado e a existência de Estado. De qualquer modo, tal periodização tem relativa importância para

explicar um contexto histórico, antes da atual economia, no que tange o setor de Serviços.

Os segmentos deste setor (corte de cabelo, transporte, *etc.*) não é novidade contemporânea. Sejam estes pagos em forma de dinheiro, obrigação feudal ou mesmo trabalho escravo, sempre existiram. Imotep, erudito egípcio, florescido entre 2890 e 2950 antes de Cristo (a.C.) foi um reconhecido cientista. Asimov (1980) assevera que além de ser arquiteto da Pirâmide dos Degraus, também era reconhecido por seus poderes de cura. No Egito antigo, também se encontrava a atividade de Escriba, tal qual a exercida por Amose, em cerca de 1650 a.C.. Outras personalidades da antiguidade, baseadas na catalogação de Asimov (1980), os quais poderiam se encaixar perfeitamente como provedores de serviços são, dentre outros, Anaximandro - filósofo grego (cerca de 610-546 a.C) -, Pitágoras – filósofo grego (cerca de 582-497 a.C.), Hanão – Navegador Cartaginês (Cerca de 530 a.C), Alcmeón – médico grego (cerca de 500 a.C.), dentre muitos.

Ao dar um salto histórico, verifica-se que a polêmica deste setor começa cedo. De acordo com Hunt (2005), muitos historiadores veem a disseminação do comércio como a força mais importante que desintegrou o feudalismo medieval. O autor observa que existiu esta contribuição na Europa Ocidental, sobretudo graças à melhoria na energia e transporte que possibilitaram aglomerações de pessoas nas cidades. Contudo, ao contrário, na Europa Oriental a intensificação do comércio contribuiu para a consolidação e perpetuação das relações socioeconômicas feudais.

Entre o final do século XVI e início do século XVIII quase todas grandes cidades da Europa Ocidental já tinham se transformado em economias capitalistas, dominadas por mercadores que detinham não apenas o comércio, mas também parte da indústria. Coalizões entre monarcas e capitalistas tinham retirado muito do poder efetivo da nobreza feudal, caracterizando assim a época como mercantilismo (HUNT, 2005). A fase inicial do capitalismo, devido à escassez de ouro e prata, criou o que se chama por bulionismo. Os países europeus criaram fortes políticas restritivas, sobretudo até o século XVII, quanto à saída de metais preciosos como ouro e prata. A partir de então, os governos passaram a adotar a política da balança comercial com saldo favorável.

Os pensadores da época mercantilista tratavam o comércio (um segmento de Serviços, na atualidade) com profundo respeito. O nível de importância era tão grande que a principal obra de Mun (1664) foi chamada por “O tesouro da Inglaterra pelo comércio exterior: ou, O equilíbrio do nosso comércio exterior é a regra do nosso tesouro”. O título do texto explica por si próprio e, basicamente, a grande defesa é o saldo comercial favorável, embora o autor

coloque algumas restrições para a venda de armamentos. A atividade de ser um mercador é uma vocação nobre e exige algumas qualidades como: ser um bom escritor, aritmético, contador, conhecer pesos e medidas, conhecer a clientela, taxas, impostos, restrições de importação, falar diversas línguas, *etc.*. Mas uma das passagens mais impressionantes, para o objeto de estudo aqui proposto, é a abordagem da importância de serviços imateriais, que ajudaria na balança comercial, no final do capítulo XX, quando cita os gastos dos turistas.¹

Já Barbon (1690) inicia seu discurso com ênfase à grande vantagem que o comércio trazia a uma nação. Pólvora, munições, outras peças militares – fundamentais para proteção e conquista - nem sempre são encontradas em um único país, disso decorre que negociar é importante tanto para preservar governos, quanto para seu enriquecimento. Contudo, o que é entendido por “comércio” (*trade*) é fazer e vender uma porção de bens a outrem. O vender é “negociar” (*merchandising*) e o vendedor é o mercador. Para o autor, o principal fim do comércio é a obtenção do lucro. Hunt (2005) pontua que os primeiros mercantilistas, para a compreensão da formação dos preços, concentram-se nos pontos de venda para analisar os valores de troca. Barbon (1690), por exemplo, defendia que os valores dos produtos derivam de seu uso e o preço, da sua abundância ou escassez.

Outros pensadores anteriores ao pensamento de Adam Smith – precursor das Ciências Econômicas - foram os fisiocratas. Estes discípulos de François Quesnay (1694-1774) pertenciam a certos grupos de reformadores sociais, cujas ideias se originavam diretamente ou indiretamente do *Tableau Economic* de Quesnay (HUNT, 2005), um modelo básico de economia. Este mostrava os processos de produção, circulação de moeda, de mercadorias e a distribuição de renda. Basicamente “*La nation est réduite à trois classes de citoyens: la classe productive, la classe des propriétaires et la classe stérile*” (QUESNAY, 1766, p. 2). E a classe produtiva era a agricultura, de onde naturalmente a riqueza brotava. Uma das grandes contribuições dos fisiocratas acabou por ser a noção de fluxo circular da renda, o qual poderia ser estendido periodicamente. Contudo, ao setor de serviços coube pouca importância, pois tal qual o setor de manufatura, foi caracterizado como setor estéril “[...] sendo suas despesas pagas pelas classes produtiva e proprietária.” (KON, 2015, p.4).

SMITH, RICARDO, MALTHUS

Em um mundo ainda mercantilista, Smith foi influenciado pelas ideias iluministas, pelos fisiocratas, por Francis Hutcheson e David Hume (NAPOLEONI, 2000). Enquanto os

¹ No último parágrafo do capítulo XX, Mun cita “*the expense of travellers*”, entendido como “*traveller*”, os gastos do turista.

mercantilistas estavam preocupados com as trocas dos bens e os fisiocratas com a produção agrícola, Smith começava *A Riqueza das Nações* - sua principal obra - com a divisão do trabalho e o aumento de produtividade decorrente disto, quebrando as principais noções de economia então existentes (BRUE, 2005).

Um dos pressupostos de Smith (1996) é que o ser humano tem como natureza a propensão à troca, característica elementar que o diferencia dos demais animais. Uma vez que existe esta propensão, o autor investiga quais são as regras que determinam o valor das mercadorias para que estas possam ser trocadas. Para isso, conceitua que a utilidade de um objeto é o “valor de uso”, enquanto que o poder de adquirir outros bens é chamado de “valor de troca”. Não será aprofundada aqui sua chamada “teoria de valor”, mas destaca-se que o trabalho humano é elemento imprescindível neste pensamento, pois, incorporado na mercadoria, ele é “[...] a medida real do valor de troca de todas as mercadorias” (SMITH, 1996, p.87).

Há mercadorias que exigem trabalho mais duro para serem produzidas ou certas habilidades – que são adquiridas na vida da pessoa – específicas. Contudo, existe também o trabalho que nada acrescenta de valor a um objeto, a este é denominado como trabalho improdutivo. É com essa concepção que o autor renega algumas atividades, do que é visto hoje como segmentos do setor de serviços visto na seção 2. São improdutivas à maneira do criado doméstico que “[...] não acrescenta valor algum a nada.” (SMITH, 1996, p. 333).

Embora seja reconhecido seu valor e mercedores de remuneração, os criados domésticos, não produzem mercadorias que possam ser estocadas ou vendáveis em outro momento: “Seus serviços normalmente morrem no próprio instante em que são executados, e raramente deixam atrás de si algum traço ou valor, pelo qual igual quantidade de serviço poderia, posteriormente, ser obtida.” (SMITH, 1996, p. 333-334).

Da mesma maneira que os empregados domésticos, outras categorias mais respeitáveis são consideradas improdutivas. O soberano, oficiais de justiça e guerra, toda a Marinha, eclesiásticos, advogados, médicos, homens de letras de todos os tipos, atividades mais frívolas como atores, palhaços, músicos, cantores de ópera, *etc.* são atividades pagas “[...] pela produção anual da terra e da mão-de-obra do país.” (SMITH, 1996, p. 334).

O que se vê em Smith (1996) é que o autor considera muitas das atividades do que hoje é conhecido por Setor de Serviços como “improdutivo” sem, contudo, renegar à inexpressão absoluta. Transportes, por exemplo, tem participação fundamental no processo de distribuição e comercialização, tal qual a importância que dá à utilização de navios. Além

disso, estradas melhores e rios navegáveis permitem a diminuição das despesas de transporte e facilitam a concorrência em detrimento de monopólios, dentre outras benesses.

Ainda seguindo esse pensamento da escola clássica, inaugurada por Smith, veio David Ricardo (1772-1823). Embora a maior parte da linha de raciocínio deste autor estivesse conjugada com Smith, uma das divergências encontradas em Ricardo (1996) foi a questão do valor de troca que tem “[...] como elemento determinante o trabalho despendido na produção, seja trabalho direto prestado no processo produtivo, seja trabalho indireto nos meios de produção.”(KON, 2015, p. 6). O que justifica a importância que dá aos setores que não sejam manufatureiros, exemplificado no valor de troca de um par de meias. Nesta situação, a quantidade total de trabalho necessária para sua fabricação abrange desde o trabalho de cultivo do algodão até o comércio varejista (KON, 2015).

Um ponto a se destacar é a importância que transportes têm na cadeia produtiva, principalmente como custos no ato de comerciar. Ricardo (1996) lembra que em época de guerra, custos de frete e seguros de transporte pode inviabilizar a concorrência para o país no qual exportava. Por outro lado, como um dos precursores, na teoria econômica, da racionalidade e maximização de lucros, dentre outros, vê que esta pode ser uma atividade maximizadora de lucro em um conjunto de preferências ao dizer que quando os comerciantes “[...] aplicam seus capitais no comércio externo ou na atividade dos transportes, é sempre por escolha e nunca por necessidade: é porque naquelas atividades seus lucros serão maiores do que nas atividades internas.” (RICARDO, 1996, p. 212).

Contudo, a análise de atividades improdutivas mantém-se praticamente a mesma que em Smith (1996) no que se refere ao “soberano”. Observa que o Governo arrecada impostos para financiar a manutenção de trabalhadores, tais como aqueles de frotas e de exércitos, mas estes não deixam de ser improdutivos.

A questão é amenizada em Malthus (1983), outro autor da escola clássica. Este propõe que, ao invés de usar tal distinção restrita – produtivo e improdutivo -, poderia ser utilizada uma gradação classificatória que não invalidaria o raciocínio de Adam Smith. Esta classificação nada mais seria do que estabelecer uma escala que variaria do trabalho mais produtivo ao menos produtivo.

Antes, para clarificar, mostra a necessidade de diferenciar as noções de riqueza e de trabalho produtivo. Para atingir alguma precisão em sua pesquisa ao tratar de riqueza, vê que se deve estreitar o campo investigativo restringindo-o apenas a bens passíveis de mensuração. Para isto, a linha traçada mais natural é aquela que separa objetos materiais

dos imaterias de modo que define riqueza como “[...] aqueles objetos materiais que são necessários, úteis ou agradáveis à humanidade.” (MALTHUS, 1983, p.12).

Já a questão do trabalho produtivo depende da definição de riqueza, de modo que dificilmente poderia ser prosseguida a pesquisa da natureza e causas das riquezas das nações sem uma classificação dos diferentes tipos de trabalho. Malthus (1983) concorda com Adam Smith de que a produção poupada anualmente é gasta com a mesma regularidade, mas é consumida também por outro grupo de pessoas.

Conforme o autor, os empregados domésticos, advogados e médicos que poupam seus salários são conscientes de que suas economias dissipariam se fossem gastos em si próprios ao invés de com outras pessoas de outra condição. Contrapõe-se aqui a Adam Smith, pois analisa que este ao considerar a despesas de trabalhadores improdutivos como pagamentos feitos a si próprios como o gerente de uma manufatura faz aos trabalhadores, confunde a distinção entre aqueles que vivem de salário e aqueles que vivem de lucros. Além disso, impossibilita explicar as operações de poupança de rendimentos acrescentados ao capital, necessários para o constante aumento de riqueza.

Dessa forma, se não restringir a riqueza a objetos tangíveis e materiais, pode-se considerar todo trabalho produtivo, “[...] que todo trabalho produz valor na medida do valor pago a ele, e na proporção em que o produto de diferentes tipos de trabalho – quando vendidos a preço de livre concorrência – excede em valor o preço do trabalho nele empregado.” (MALTHUS, 1983, p.15).

De acordo com este princípio, exemplifica que os trabalhadores mais produtivos são os agrícolas, em seguida aqueles que fossem mais apoiadas pelo capital ou pelo produto de trabalho anterior e, por fim, o trabalho que produz menos riqueza seria aquele que restituiria pouco ou nenhum capital. O que é visto hoje como grande parte do setor de serviços, conforme visto na seção 2, é considerado de grande importância para a produção de riqueza, pois participam indiretamente como consumidores, embora não se possa afirmar que trabalhadores improdutivos – na concepção de Smith – sejam criadores desta riqueza.

Por fim, deve-se destacar que Malthus (1983) também dava importância ao que é conhecido atualmente por serviços públicos, sobretudo no que se refere à educação e o próprio ato de governar, decisivos para a melhora de vida dos pobres. Para ele, é essencial manter liberdade civil e política. Educação, imprescindível, “[...] pode ser eficiente sob o despotismo e ser deficiente sob uma constituição livre; mas ela pouco pode fazer sob um mau governo, embora possa fazer muito sob um bom governo.” (MALTHUS, 1983, p.140).

SAY, MILL, MARSHALL

No observar de Say (1983), para se entender produção, deve-se compreender o que são riquezas. Estas são bens que possuem valor próprio e são propriedades exclusivas de seus possuidores, tais como moedas, metais *etc.*. Desta maneira, maior a soma dos valores possuídos, maior a riqueza. A atribuição dos valores às coisas é dada de acordo com o uso que proveem, “[...] o que não serve para nada não tem preço nenhum.” (SAY, 1983, p.68). Esta característica que satisfaz as diferentes necessidades humanas é chamada pelo autor por utilidade.

Say (1983) parte do princípio de que a massa de matéria no mundo não aumenta e nem diminui, mas se transforma. Ao se reproduzir a matéria sob outra forma, pode-se dar mais utilidade, o que causa mais valor e, conseqüentemente, produzir riqueza. Portanto, o conceito de produção, em Economia Política, não é uma criação de matéria – que pode ser medida por peso volume, *etc.* -, mas sim de utilidade, e é esta que deve ser mensurada para avaliação de produtividade.

A matéria, por vezes abundante na natureza, mas sem características imediatas aptas para o consumo humano, pode adquirir utilidade por meio da indústria. Para Say (1983), esta se divide em três: indústria agrícola ou agricultura, indústria manufatureira e indústria comercial ou comércio e, podem ser subdivididas em mais ramificações. Algumas atividades caracterizadas como setor de serviços, na lente de hoje, é configurado como sua indústria comercial, tão importante quanto a manufatureira, afinal, contribui, por exemplo, “[...] aumentando o valor de um produto mediante o transporte de um lugar para outro.” (SAY, 1983, p. 73). Nesta situação, o comerciante coloca as mercadorias no lugar onde elas se tornam próprias para o uso e é este colocar, este transporte, que gera o valor. Além disso, pondera que “Não é apenas o produto líquido que satisfaz as necessidades humanas: é o produto bruto, a totalidade dos valores criados.” (SAY, 1983, p.74).

A principal importância da indústria comercial, assim, é exatamente transportar e ofertar artigos onde estes não estejam disponíveis. Fazem parte o comércio exterior – negociantes que buscam e levam mercadorias a outros países -, o comércio interior – negociantes que compram e revendem artigos no mesmo país, os atacadistas – que compram em grande quantidade e vendem a comerciantes menores e os varejistas – que compram no atacado e vendem aos consumidores -. Mas também na indústria comercial se encontram os banqueiros, os representantes comerciais, retalhistas, armazenadores, dentre outros. Todas estas atividades são atividades produtivas, pois em sua ausência não aproximariam o

produto ao consumidor e impossibilitaria a sua fruição (SAY, 1983).

Além da indústria comercial, Say (1983) caracteriza médicos, músicos, atores e outros que produzem artigos imateriais como produtivos. A produção com consumo imediato fica clarificada em sua exemplificação no ato de um médico aconselhar e o paciente ouvir. Questiona como que poderia dizer que não houve produção frente à salvação de um paciente. O ponto é que a produção foi real, mas não estocável. Foi tão real que houve a troca do serviço por um bem material – uma riqueza, mesmo na concepção de Smith -. Tais atividades, contudo, não aumentam o capital nacional.

Também, como observa Kon (2015), o autor parece inferir na ampliação do conceito de riqueza até a acumulação de capital humano. Os produtos imateriais, analisa Say (1983), são decorrentes do que ele chama por indústria humana – pelo fato de ser produtiva -. Este capital, ou habilidade, é adquirido por meio de estudos, compra de livros, viagens e todas outras formas de capacitações. Admite, porém, o pouco relevo de empregados domésticos que têm importância quase que nula no processo produtivo.

Esta análise do ser humano como imprescindível no que diz respeito à produção tem aprofundamento em Mill (1983). O seu ponto de partida é que a produção tem como requisitos básicos o trabalho e os objetos naturais apropriados. Entende que o trabalho pode ser corporal ou mental e que os objetos naturais existem ou crescem espontaneamente. Note-se, contudo, que a Natureza, além de prover matéria, também fornece energia, inclusive movimento. Já o homem é limitado a movimentar as coisas, mas as movimenta e põe nos locais corretos, embora a Natureza também faça isso eventualmente. O trabalho é “[...] exclusivamente utilizado para colocar objetos em movimento; as propriedades da matéria, as leis da Natureza, fazem o resto” (MILL, 1983), tal qual um agricultor que semeia e as forças naturais fazem a planta crescer.

Contudo, o trabalho do homem, com sua habilidade e engenhosidade, tem a característica expansiva das propriedades naturais. Ao exercer o domínio sobre a natureza com a finalidade de atingir suas metas, o homem transforma as forças da Natureza em indefinidamente maiores. A produção de um artigo é decorrente, também, do trabalho aplicado à coisa ou de operações prévias. A produção de um pão, por exemplo, requer as mãos do padeiro e de outros trabalhos indiretos, como o do semeador do trigo, do transportador, *etc.*, bem como de pães anteriores que sustentaram o trabalhador. O trabalho passado é “[...] necessário para possibilitar a execução do trabalho atual” (MILL, 1983).

A respeito do trabalho indireto, Mill (1983) dispõe em cinco itens:

- 1) Trabalho empregado na produção de matérias-primas, que a indústria trabalhará posteriormente. Ex.: madeireiro, caçadores, agricultores.
- 2) Trabalho empregado em fazer ferramentas ou implementos que ajudam o trabalho. Ex.: A produção de um machado.
- 3) Trabalho empregado na proteção de atividades produtivas. Ex.: Polícia, juiz.
- 4) Trabalho empregado para tornar produtos acessíveis. Ex.: Toda a classe de transporte, seja por terra ou por água.
- 5) Trabalho empregado na distribuição. Ex.: Os negociantes e comerciantes.

Para complementar, Mill (1983) cita outros trabalhos que servem à produção: “o trabalho que tem por alvo os seres humanos.” (MILL, 1983, p. 56). O ser humano, desde a infância, tem um gasto para sua criação e educação que será repostado na produção futura. A atuação de um médico impede que pereça ou adoça recursos produtivos fixados nas vidas e forças produtivas corporais ou mentais. Além disso, tem o trabalho mental, aquele exercido por pelos inventores de processos industriais, por exemplo. Contudo, a atividade mental pode até ser exercida por um pedreiro que, embora utilize mais da atividade corporal, executa uma função em parte intelectual.

Outro ponto levantado por Mill (1983) é com relação às classificações dos setores. Ele tem ciência que alguns trabalhos aplicados à agricultura e comércio não encontram um lugar preciso a fim de classificação. O problema da atividade de padeiro, conforme já debatido na seção 2 deste trabalho, é questionada se se enquadra na manufatura ou em algum outro setor, sendo considerado, neste caso, especificamente o agrícola.

Mill (1983) não tem objeções quanto a usar o termo improdutivo ou produtivo, não acha que seja necessária essa preocupação por se tratar de mera classificação e termos de linguagem. Caminha na mesma direção de Say ao tomar a postura de que o ser humano, ao dispor de matéria e rearranjá-la de maneira útil, não produz matéria, e sim utilidade. Estas utilidades são de três tipos: as incorporadas em objetos externos mediante o trabalho empregado, fixas e incorporadas em seres humanos e fixas e incorporadas em algum objeto, mas que consiste em um simples serviço prestado. Este último tipo, claramente pertencente ao que hoje se entende por parte do setor de serviços, consta do trabalho do músico, do ator, do exército, da marinha, *etc.*. Contudo, os serviços de transporte e comércio devem fazer parte da primeira classe, uma vez que proporciona qualidades extremamente úteis ao objeto.

A concepção de riqueza em Mill (1983) é a acumulação de recursos materiais, de modo que contribui para esta o trabalho produtivo, aquele que incorpora utilidade em

objetos tangíveis. Neste sentido, o trabalho improdutivo, aquele pertencente ao terceiro tipo de utilidade, exposta anteriormente, não gera riqueza, pois consistem em prazeres que são consumidos imediatamente. Portanto, embora possa fornecer riqueza a quem oferece o serviço, ao contrário, somente empobrece quem o utiliza, pois não existe nenhuma espécie de indenização como ocorre quando o consumo é feito perante um objeto material. Por consequência desta classificação, o que se entende por setor de serviços hoje, ficou subdividido, perante as concepções do autor, como parte improdutiva – atores, cantores, religiosos, médicos, *etc.* – e produtiva – transportes, comércio, segurança, por exemplo -.

Marshall (1996) segue na mesma ideia de que o homem não cria coisas materiais. Embora no mundo mental possa produzir novas ideias, no plano material produz utilidades. “Tudo o que ele faz pode fazer no mundo físico é: reajustar a matéria, a fim de torná-la mais útil [...]” (MARSHALL, 1996, p. 129). Assim, não admite que comerciantes não produzam, pois não encontra fundamento científico para esta diferenciação, afinal todos que estão trabalhando produzem. Avança também no que diz respeito ao consumo, caracterizando-o como produção negativa. Se o homem pode produzir utilidades, a ele é dado também o consumo, de maneira que “pode produzir serviços e outros produtos imateriais, e pode consumi-los” (MARSHALL, 1996, p.130).

A professora Kon (2015) observa que, no autor, o termo “produtivo” adquire o significado moderno de produtividade, o qual é tratado como eficiência produtiva ao invés de se referir à classificação de atividades econômicas por meio de visões normativas. Esta eficiência pode ser encontrada quando ramos de indústria conexos se ajudam mutuamente. Isto decorre porque estão centralizados na mesma localidade ou porque “[...] utilizam das facilidades modernas de comunicação, oferecidas pelo transporte a vapor, pelo telégrafo e pela imprensa.” (MARSHALL, 1996, p.361). Esta última análise praticamente sintetiza a importância que o pensador dá a alguns segmentos do setor de serviços, como complementar à produção de objetos materiais. Isto, além de ser notada nas atividades de transporte e comunicação também aparece no que diz respeito às atividades financeiras. (KON, 2015).

KARL MARX

Karl Marx é um autor que é ponto de inflexão na história da humanidade. É, antes de tudo, um crítico. Considerá-lo como economista ou um mero pensador como qualquer outro seria injustiça à sua obra – entre publicadas e não publicadas - que deve ultrapassar tranquilamente 10 mil páginas – das conhecidas.

Assim, o ponto de partida para uma análise extremamente limitada da obra de Karl

Marx, para contribuir neste estudo, é o trabalho humano. Em Smith (1996) foi visto que o que diferencia o homem de um animal é a sua natureza de propensão à troca. Já em Marx (2013), não é encontrado que o homem tem natureza, mas o que o diferencia dos animais é o trabalho. O trabalho é “[...] um processo entre o homem e a natureza” (MARX, 2013, p.255). O homem altera a natureza com braços, pernas, cabeça, age e a modifica com movimentos. Não se trata de uma forma instintiva tal qual uma aranha tece uma teia. O homem, ao contrário do animal, idealiza em sua mente a sua criação antes de construí-la. O resultado “[...] já estava presente na representação do trabalhador no início do processo” (MARX, 2013, p.256).

Em Marx (2013) o processo de trabalho se orienta à produção de valores de uso: de um lado o homem e seu trabalho, do outro a natureza e suas matérias. Com estes ingredientes, objetos são digeridos pelo trabalho que o transforma em produtos para a satisfação humana. Contudo, o processo não revela sob quais condições se realizou: se foi por meio de trabalho escravo ou sob a supervisão de um feitor. Um aspirante a capitalista encontra no mercado todos estes fatores necessários ao processo de trabalho, ou seja, os meios materiais de produção e os meios pessoais, a força de trabalho, e passa a consumi-los. Tal capitalista nada mais faz a não ser adquirir como propriedade privada a força de trabalho de outrem como mercadoria, assim como faz com qualquer outro bem adquirido. Por consequência, a força de trabalho aplicada aos meios de produção cria os produtos que também lhe pertencem.

O produto é um valor de uso, mas ao ser produzido como mercadoria, é substrato para que possua valor de troca, em suma, seja destinado à venda. Este processo tem de ter formação de valor, pois não faria sentido ao capitalista comprar, com seu dinheiro, trabalho alheio e meios de produção para obter a mesma quantia de dinheiro, deve obter também mais-valor. Esta mais-valia é criada não na esfera da circulação, mas na esfera da produção. Para entender isto, basta ter a compreensão de que no valor diário da força de trabalho, existe um custo (valor de troca) para sua reposição (subsistência), mas ao mesmo tempo há um dispêndio diário (valor de uso). Então, em uma jornada de 8 horas, para exemplificar, 3 horas poderia ser a quantidade média de horas que pagaria a subsistência do trabalhador (seja esta qual for) e as outras 5 horas ao invés de ser pago ao operário, seria apropriado pelo capitalista, criando assim o mais-valor esperado por este último. Portanto, o “[...] mais-valor resulta apenas de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho [...]” (MARX,2013, p. 274).

Na esfera da circulação, deve-se ser entendido que, para Marx (2013), o dinheiro como

dinheiro e o dinheiro como capital se distinguem apenas por sua diferente forma de circulação. A forma imediata de circulação de mercadorias é $M-D-M$, a transformação de mercadoria em dinheiro e posteriormente em mercadoria, vende-se para comprar. A outra forma é a $D-M-D$, a transformação de dinheiro em mercadoria e novamente em dinheiro, compra-se para vender. Nesta forma, o dinheiro “[...] torna-se capital e, segundo sua determinação, já é capital” (MARX, 2013, p. 224).

No capital comercial, predomina a forma $D-M-D$ caracterizada em $D-M-D'$, de modo que D' é um valor acima de D , pois não faz sentido comprar e vender pelo mesmo valor. Este valor a mais é incorporado no processo de criação de mais-valia, externa à esfera da circulação, conforme explicado anteriormente. Já no capital usurário, a forma $D-M-D'$ se contrai para uma forma $D-D'$, em que o dinheiro é trocado por mais dinheiro. (Marx, 2013).

Vê-se em Marx (2014) que a dimensão da circulação de mercadorias não é a criação de valor nas mãos dos capitalistas, mas a mediação à mudança da forma de valor - mercadoria ou dinheiro -. Para esta transmutação, o comerciante pode abreviar o tempo de muitos produtores capitalistas ao agir como simples comprador e vendedor, na cadeia de divisão de trabalho, poupando dispêndio inútil de força de trabalho. Portanto, visto como força produtiva, o comerciante não cria valor nenhum, não é produtivo, pertence aos gastos fortuitos da produção, é um custo de circulação. Da mesma forma isto é visto na contabilidade, nos bancos (recebimentos e pagamentos), nas sociedades de seguros e no armazenamento.

Custos de circulação são, na maioria, atividades – sobretudo de serviços conforme a classificação exposta na seção 1 – improdutivas: “A lei geral dita que todos os custos de circulação que derivam apenas da transmutação de forma mercadoria não acrescentam valor alguma a esta última” (MARX, 2014, p.228). Contudo, transporte tem um papel distinto. Esta atividade faz tanto parte do processo produtivo, que adiciona mais-valor à mercadoria – pois só tem valor de uso quando realizada no destino final -, quanto no processo de circulação para que esta se converta na forma dinheiro. “A indústria de transporte constitui, por um lado, um ramo independente de produção e, por conseguinte, uma esfera especial de investimento de capital produtivo” (MARX, 2014, p. 231).

Deve ser ressaltado que a definição de trabalho produtivo, derivada da produção material, é válida para o trabalhador coletivo, mas não é válido quando tomado os indivíduos isoladamente. A produção capitalista não apenas produz mercadoria, como também mais-valia, de modo que o trabalhador no sistema produtivo não produz para si, mas para o

capital. “Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (MARX, 2013, p. 578). Tal conceito transcende a materialidade e permite analisar que muitos trabalhadores dos setores de serviços podem ou não ser produtivos, irá depender de se possui um capitalista que exerce o direito à mais-valia ou não. O professor que trabalha de maneira particular não gera mais-valor, portanto não é produtivo, mas o professor que trabalha para uma escola privada, é produtivo. Ser trabalhador produtivo é “[...] um azar.” (MARX, 2013, p. 578).

Portanto, dentro das limitações a construção deste trabalho, pode-se concluir que, na análise de Marx (2013,2014), o setor de serviços é e não é produtivo. Irá depender de onde se situa o segmento de serviços na esfera de circulação e produção e do tipo de atividade e a quem o trabalhador, individualmente, oferece sua força de trabalho. Ser um trabalhador produtivo é ser um escravo, é ser expropriado de seu trabalho, é ver “[...] a concentração de riqueza nas mãos de particulares, a formação e a multiplicação do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado.” (MARX; ENGELS, 2013, p.29).

KEYNES, FRIEDMAN, SCHUMPETER

O trabalho de Keynes (1996) aborda a economia como um todo e não prioriza nenhuma indústria ou setor em particular. Além disso, explicita, logo no primeiro capítulo, o contraste de suas ideias frente à teoria clássica, em voga. Um dos ataques principais é contra o ensinamento de que a oferta cria sua própria procura, cuja premissa é que o consumo da produção é total, seja direta ou indiretamente. Neste olhar, a abstenção de consumir leva “[...] a um investimento na produção de riqueza sob a forma de capital, resultante do trabalho e das mercadorias assim liberadas da necessidade de consumo” (KEYNES, 1996, p. 56).

O autor observa que esta situação pode acontecer em casos particulares, mas não gerais. Isso nada mais é do que uma ilusão óptica, pois quem defende acredita que “[...] existe um nexo unindo as decisões de abster-se de um consumo imediato à de prover a um consumo futuro, quando não há nenhuma relação simples entre os motivos que determinam as primeiras e os que determinam as segundas.” (KEYNES, 1996, p.58). Na verdade, como analisa Hunt (2005), o que é custo para uma firma, é renda para outra ou para um indivíduo. Mas dentro de um fluxo circular, nem toda renda é consumida na produção novamente, uma parte sofre vazamentos como poupança, importações e impostos.

Keynes (1996) vê que a oferta agregada pode ser representada em função do emprego de N homens e, analogamente, a demanda agregada também é função de N homens.

Acontece que o emprego de N homens depende das expectativas do capitalista e este tem de tomar a decisão de investir em seu negócio - seja com maquinários, seja com contratação - em um ambiente de incerteza. Para o curto prazo, certa previsão baseada em resultados recentes é factível, mas em prazos maiores, uma das saídas é realizar convenções com outros empresários. Disto decorre que, se errar nas suas projeções, poderá ficar com excesso de estoque se o lado da demanda não tiver renda o suficiente para aquisição. Em um ambiente cujas projeções sejam pessimistas, o capitalista pode reduzir o número de investimentos, ou contratações, que diminuirá o emprego e levará a uma espiral de contração econômica, que reduzirá a produção no agregado.

De acordo com Hunt (2005), a resposta que Keynes encontrou a este problema poderia ser a interferência governamental. Para estimular a demanda, quando houvesse um excesso de poupança em relação ao investimento, o governo poderia tomar os recursos emprestados e gastar em projetos, cuja prioridade seria as obras públicas úteis. E por obras públicas úteis, poderia ser inclusive, conforme visto na seção 2, segmentos do setor de serviços tais como escolas, hospitais, parques e outras comodidades. Contudo, caso não houvesse possibilidades políticas e práticas, serviços bem menos úteis seriam melhor do que nada.

Além de serviços providos pelo governo – que poderiam ser utilizados como saída em épocas de crise -, Keynes (1996) destaca a participação dos bancos, sobretudo na produção de moeda e concessão de crédito e empréstimos. O que se observa é que não os põe em papel central na sua obra, mas não rejeita a sua importância econômica. Portanto, conforme descrito anteriormente, não era seu foco analisar setores específicos, mas pode-se depreender que o setor de serviços não deixa de ter importância, principalmente serviços públicos em momentos de crise.

A menor participação do governo na economia, ao contrário da visão keynesiana, é a defesa de Friedman (1983). Seu ponto de partida é lembrar que a política e a economia não se constituem territórios separados. É equivocada a crença de que a liberdade individual seja um problema político e o bem-estar material um problema econômico. Defende a tese de que somente determinadas combinações de organizações políticas e econômicas são possíveis. E estas últimas desempenham um papel duplo na promoção de uma sociedade livre: “De um lado, a liberdade econômica é parte da liberdade entendida em sentido mais amplo e, portanto, um fim em si próprio. [...] a liberdade econômica é também um instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política.” (FRIEDMAN, 1983, p.17). Como meio para a obtenção da liberdade política, a organização econômica tem o efeito de dispersar a concentração do poder por meio dos mercados competitivos.

A principal questão é como coordenar as atividades econômicas na organização social. Em sociedades atrasadas já existe a divisão do trabalho e a especialização de funções para a utilização dos recursos disponíveis. Em sociedades modernas, a quantidade de pessoas é maior, bem como sua interdependência, caracterizando assim o problema maior que é conciliar a liberdade individual dos partícipes. Só existem duas soluções para isto, uma direção central coercitiva – Exército e Estado totalitário moderno - ou a cooperação voluntária dos indivíduos – o mercado. Um mercado de trocas voluntárias, é uma economia livre da empresa privada, é a sociedade organizada sob o capitalismo competitivo. (Friedman, 1983).

O mercado, então, “[...] reduz o número de questões para os quais serão requeridas decisões explicitamente políticas e, portanto, para as quais será necessário chegar a uma concordância.” (FRIEDMAN, 1983, p.30). O espaço governamental é delineado a agir mais como uma agente de lei e ordem, defensor do mercado. Deve promover a competição, estrutura monetária, suplementar a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, *etc.*. Já o que o governo não deve fazer são prover serviços como subsídios, tarifas à importação, controle de aluguéis, salários mínimos, convocar homens para o serviço militar em tempos de paz, *etc.* (FRIEDMAN, 1983).

Em síntese, o autor não aborda o setor de serviços diretamente, mas se for para ser dito alguma coisa genérica, deveria ser dito que serviços são bons desde que não sejam providos pelo governo, mas que sejam realizados pela iniciativa privada. Neste aspecto, o foco de Friedman (1983) são os serviços públicos e até que ponto o governo deve provê-los. Serviços, como pensões, pagos compulsoriamente, são afrontas para a liberdade. Os educacionais, imprescindíveis para o desenvolvimento humano, podem ser pagos individualmente e, em caso de impossibilidade financeira da família, o governo pode ajudar. No quesito pobreza, é mais flexível, aprecia que doações diretas do governo, aos pobres, são melhores do que os indiretos por meio de subsídios, cotas, *etc.*. Isto porque os custos aos indivíduos em termos de impostos seriam menores.

Longe do debate de intervenção ou não do governo, na investigação de Schumpeter (1988), o processo social é um todo indivisível de onde se extrai os fatos econômicos – uma abstração. Enquanto os fatos sociais são resultados do comportamento humano, os econômicos resultam do comportamento econômico – dirigido para a aquisição de bens. Para o autor, os eventos econômicos têm sua lógica, todos os períodos precedentes se emaranham numa rede de conexões econômicas e sociais na qual um agente econômico não se livra facilmente, o sistema econômico não se modifica sozinho. Esta repetição em que

ocorre essencialmente a mesma coisa, apenas com mudança de dados, é característica do fluxo circular da vida econômica.

Schumpeter (1988) abstrai que, neste fluxo circular, o total de mercadorias produzidas e comercializadas na comunidade é o produto social, que em verdade não existe. Cada indivíduo contribui para formar uma “pilha” e este produto é distribuído de acordo com certos princípios. Deve ser observado que a atividade econômica tem um motivo, este definido como a satisfação de necessidades, que tem como base o conceito de utilidade. Contudo, a produção não cria nada no sentido físico. Tecnicamente e economicamente influencia as coisas e os processos. Produzir significa “[...] combinar as forças e coisas ao nosso alcance.” (SCHUMPETER, 1988, p.16). Todo ato concreto de produção incorpora certa combinação que pode ser estendida não apenas à produção material, como também aos transportes e outros tipos de serviços.

É a partir do ato de combinar que pode surgir o processo de desenvolvimento. Novas combinações que se originam das antigas por ajuste contínuo no tempo podem incrementar a produção. Nesta situação há mudança dos dados, possivelmente crescimento econômico, mas não desenvolvimento. Este é caracterizado por aparecer descontinuamente. Esta nova combinação pode englobar os casos de introdução de um novo bem, um novo método de produção, abertura de um novo mercado, conquista de uma nova fonte de matérias-primas, estabelecimento de uma nova indústria – como a criação de monopólio (SCHUMPETER, 1988).

A realização dessas novas combinações, que pode ser chamada por inovações, é feita pelo empresário que não necessariamente é um gerente, financista ou tenha vínculo a alguma indústria. Inovação, porém, não deve ser confundida com invenção. A inovação pode ser decorrente de uma invenção, mas para isto deve ser aceita e utilizada pela comunidade, ao contrário da invenção que nem sempre é aceita. Neste processo de criar, o empresário não assume riscos financeiros. Quem arca é o banqueiro fornecendo-lhe crédito que dará comando financeiro ao empresário. Uma vez que o empreendimento tenha obtido sucesso, o inovador devolve o dinheiro a quem lhe emprestou, por meio dos lucros que obteve, assim como novos bens ao fluxo circular. (SCHUMPETER, 1988).

Para encerrar, o trabalho de Schumpeter (1988) não tem foco em alguma atividade específica, mas de sua obra pode-se depreender que o setor de serviços, diante do que foi exposto na seção 2, também é susceptível a inovações, esteja em uma cadeia produtiva fabril ou não. Além disso, a importância do crédito, do papel do banqueiro, é imprescindível para

o processo de inovar e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico. Apenas crédito não desenvolve, mas o empresário sem crédito também pouco pode fazer. Disto resulta que o segmento financeiro, hoje visto como atividade de serviços, não é o mais importante no processo de desenvolvimento no conceito de Schumpeter (1988), mas também talvez não se possa ser considerado apenas como complementar na cadeia produtiva, como posto por Kon (2015), pois sem a participação financeira, a inovação como proposta pelo pensador é inviável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, este trabalho tenta responder qual a importância do que se entende hoje por setor de Serviços para alguns dos principais autores das Ciências Econômicas. O primeiro ponto a se destacar é que Serviços é difícil de conceituar, dada sua natureza dinâmica e heterogênea. As tentativas de encontrar uma definição específica se confundem com sua própria característica que se transforma ao longo do tempo. Assim, neste trabalho, o conceito não se tornou fechado.

O próximo passo foi tentar buscar nos escritos de alguns dos principais pensadores das Ciências Econômicas, qual era o trato com relação a Serviços. Nota-se, entretanto, que algumas atividades do setor são providas milenarmente tal como as de cortar cabelo, arquitetar construções, filosofar, comerciar, *etc.*. Mercantilistas tinham um profundo respeito pelo comércio e achavam imprescindível para as nações enriquecerem, embora por *trade* fosse entendido, também, como o ato de produzir a mercadoria além da negociação *per se*. Já os fisiocratas inauguraram a marginalização do setor ao classifica-lo como estéril.

No que tange os autores, de um ponto de vista mais material, Smith e Ricardo veem o setor de serviços como improdutivo. Já Malthus, transcende a materialidade e com sua abstração da noção de riqueza, aceita que todo trabalho é produtivo, logo não invalida por completo o conceito de produtividade de Smith, mas incorpora uma gradação de menos a mais produtiva, de modo que alguns segmentos de serviços – como o empregado doméstico – seriam menos produtivos, mas não improdutivos.

Ao avançar nos conceitos de riqueza e utilidade, Say é generoso e vê que todo trabalho é produtivo, inclusive dos músicos. Mill, embora siga por esta vertente já é um pouco mais comedido e vê alguns segmentos do setor de serviços – ex. transportes - como produtivos e outros não. Contudo, em Marshall, todo labor novamente é considerado produtivo, embora seu foco de estudo seja o quesito eficiência.

Perante a óptica de Marx, o setor de serviços é e não é produtivo, irá depender de qual segmento é e onde se encontra na esfera de circulação. No contexto do indivíduo, também irá depender se um capitalista exerce o direito à mais-valia ou não frente ao empregado – neste caso o empregado é produtivo -, é empregado público ou autônomo dono dos seus meios de produção – nestas situações não são produtivos.

Keynes, Friedman e Schumpeter não abordam o setor de serviços diretamente. Em Keynes, há possibilidades de melhorias na economia se o governo prover serviços úteis – ou nem tanto - em época de crise. Para Friedman isso deve ser evitado. Este último analisa que o governo deve fornecer serviços de lei e ordem para manutenção do mercado livre, basicamente. Finalmente, de Schumpeter, é possível depreender que serviços podem impactar em inovação e, mais ainda, o setor financeiro, sob a tutela de banqueiros, que proveem créditos, é fundamental para o desenvolvimento econômico. Sem estes o empreendedor dificilmente consumaria a inovação.

Portanto, pode-se observar que o setor de serviços passa por momentos em que é considerado improdutivo, produtivo, e improdutivo e produtivo ao mesmo tempo diante do pensamento dos autores. Note-se que nem sempre o termo “produtivo” assume significado positivo, como visto em Marx. Basicamente cada autor tem seu conceito de produtividade, riqueza, valor *etc.*, que auxilia no processo de classificar. Finalmente, observa-se que, independente de sua classificação, basicamente todos não renegaram serviços à inexpressão absoluta, sempre houve algum espaço para qualificar o setor com relativa importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASIMOV, ISSAC. **Gênios da Humanidade**. Vol. I. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1980.

BATISTA, Alexandre Ricardo de Aragão. **Estrutura produtiva brasileira na era dos serviços: uma análise baseada na matriz de insumo-produto**. (162 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2019. Disponível em < <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333989> >. Acesso em 17/12/2019.

BARBON, Nicholas. **A Discourse of Trade**. 1690. Disponível em < <https://www.marxists.org/reference/subject/economics/barbon/trade.htm> >. Acesso em 17/12/2019.

BRUE, Stanley L.. Trad. Luciana Penteadó Miquelino. **História do Pensamento Econômico**. 2ª. reimpressão. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Trad. Victor Hugo Klagsbrunn. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 7a. reimpressão, 2013.

FRIEDMAN, Milton. Trad. Luciana Caeli. **Capitalismo e Liberdade**. Coleção os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1983.

HILL, T. P. On Goods and Services. **The Review of Income and Wealth**, v. 23, n. 4, p. 315-338, dez. 1977.

HUNT, Emiry Kay. Trad. José Ricardo Brandão Azevedo; Maria José Cyhlar Monteiro. **História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica**. 7ª. Tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2005.

KEYNES, John Maynard. Trad. Mário R. da Cruz. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Coleção os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

KON, Anita. Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 2 (74), p. 64-83, abr./jun. 1999. Disponível em: < <http://www.rep.org.br/PDF/74-5.PDF> >. Acesso em 17/12/2019.

_____. **Nova economia política dos serviços**. São Paulo: Perspectiva: CNPq, 2015.

LEWIS, William Arthur. **Economic development with unlimited supplies of labour**. The Manchester School, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.

MALTHUS, Jean. Trad. Regis de Castro Abreu; Dinah de Abreu Azevedo; Antonio Alves Cury. **Princípios de economia política: e considerações sobre sua aplicação prática; Ensaio sobre a população**. Coleção os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1983.

MARX, Karl. Trad. Rubens Enderle. **O Capital: Livro I Crítica da Economia Política Livro I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. Trad. Rubens Enderle. **O Capital: Livro II O Processo de circulação do**

Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MEIRELLES, Dimária Silva e. **O Conceito de Serviços.** São Paulo: Revista de Economia Política, vol. 26, nº 1 (101), pp. 119-136, 2006. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n1/a07v26n1.pdf> >. Acesso em 17/12/2019.

MILL, John Stuart. Trad. Luiz João Baraúna. **Princípios de Economia Política Vol. I.** Coleção os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1983.

MUN, Thomas. **Englands Treasure by Forraign Trade; or The Balance of our Forraign Trade is The Rule of our Treasure.** London: Printed by J.G. for Thomas Clark, 1664. Disponível em < <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/mc000220.pdf> >. Acesso 17/12/2019.

NAPOLEONI, Claudio. Trad. José Fernander Dias. **Smith, Ricardo, Marx.** 8ª. Edição. Edições graal. São Paulo: Editora Paz e Terra SA, 2000.

QUESNAY, François. **Analyse de la Formule Arithmétique du Tableau Économique de la Distribution des Dépenses Annueles d'une Nation Agricole**1. 1766. Disponível em < <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/mc00222x.pdf> >. Acesso em 12 de maio de 2017.

RICARDO, David. Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. **Princípios de Economia Política e Tributação.** Coleção os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SAY, Jean. Trad. Balthazar Barbosa Filho. **Tratado de Economia Política.** Coleção os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1983.

SCHUMPETER, Joseph A. Trad. Maria Sílvia Possas. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico.** Coleção os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988.

SMITH, Adam. Trad. Luiz João Baraúna. **A Riqueza das Nações Vol. I.** Coleção os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.